

35°. Encontro Anual da ANPOCS
GT 38 - Violência, criminalidade e punição no Brasil

Da ressocialização à punição: o percurso das políticas penitenciárias em São Paulo a partir do estudo de caso de Itirapina

Giane Silvestre¹

¹ Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – PPGS/UFSCar.

Resumo

A presente comunicação busca compreender as transformações ocorridas nas políticas penitenciárias paulistas nas últimas três décadas, a partir de um estudo de caso da cidade de Itirapina, localizada na região central do estado. A cidade apresenta particularidades no cenário prisional, pois conta com a presença de duas penitenciárias instaladas em épocas diferentes (1978 e 1998), tornando possível observar a existência de dois ideais punitivos distintos operando ao mesmo tempo. As análises apontam que as mudanças nas diretrizes punitivas em São Paulo estão em consonância com as transformações ocorridas em um contexto global, onde o ideal da punição como elemento ressocializador entrou em declínio, dando lugar às políticas de encarceramento acelerado voltadas mais ao controle e gestão dos presos, além da expansão física do sistema prisional.

Introdução

Itirapina é uma cidade que se localiza a cerca de 220 km da Capital paulista, na região central do Estado, vizinha de cidades como São Carlos, Rio Claro e Brotas. Foi fundada no século XIX por imigrantes portugueses e permaneceu como distrito de Rio Claro até meados do século XX, tendo sua emancipação político-administrativa ocorrido no dia 25 de Março de 1935. A cidade também foi, em seu passado, um importante ponto na rota ferroviária paulista durante o auge da atividade ferroviária, sendo esta a principal fonte econômica da cidade à época. Atualmente o município tem cerca de 15.000 habitantes e duas penitenciárias que, juntas, têm uma população carcerária em torno de 3.000 presos.

As unidades prisionais foram instaladas em diferentes períodos, a primeira em 1978, ainda sob regime da ditadura militar e a segunda em 1998, já no regime democrático e dentro do processo de interiorização² das unidades do sistema penitenciário ocorrido no Estado de São Paulo, a partir da década de 1990. Assim, a cidade convive com dois projetos e dois modelos de prisões e a presença dessas unidades tem provocado fortes mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas da cidade.

As reflexões apresentadas nesse artigo são partes de uma pesquisa mais ampla, que buscou compreender as transformações ocorridas nas políticas penitenciárias do estado de São Paulo nas últimas três décadas, assim como suas relações com um contexto global de mudança no paradigma punitivo. Trabalharei aqui com dados obtidos por meio

² Este processo é caracterizado como interiorização, pois a partir de meados da década de 1990, a maior parte das Unidades Prisionais construídas em São Paulo passou a se localizar em municípios do interior paulista; promovendo, assim, um deslocamento da população encarcerada, removendo-a para as áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos.

de entrevistas com moradores e agentes penitenciários de ambas as unidades, e também com o levantamento realizado nos arquivos da imprensa local. As análises apontam que houve uma mudança nas diretrizes das políticas de encarceramento no estado de São Paulo, em consonância com as transformações ocorridas em um contexto global, onde o ideal da punição como elemento ressocializador dos presos entrou em declínio, dando lugar às políticas de encarceramento acelerado voltadas mais ao controle e gestão dos presos, além da expansão física do sistema prisional para municípios do interior.

Antecedentes históricos: da ferrovia às grades

Itirapina foi fundada a partir de uma freguesia chamada Itaqueri da Serra, consolidada numa região serrana e que atualmente pertence ao município de Itirapina. Itaqueri da Serra, segundo o memorialista Walter Verlengia, (1987) formou-se como um povoado por volta de 1833, com a chegada de famílias portuguesas provenientes da região da Ilha da Madeira e que se estabeleceram no local. Também no decorrer da segunda metade do século XIX a ferrovia emerge, entre outros aspectos, como uma solução para o problema de transporte do café, sobretudo no estado de São Paulo. A primeira estrada de ferro paulista, chamada Pedro II começou a funcionar em 1859 para facilitar o escoamento da produção cafeeira da região do Vale do Paraíba. No ano de 1858, iniciou-se também a organização das obras de implantação da SP Railway. Ambas foram implantadas através de capital estrangeiro e tornaram-se negócios altamente lucrativos. Em 1868 foi criada a Companhia Paulista de Estradas de Ferro a primeira estrada férrea financiada e implantada através de capital nacional, tendo sido pensada de acordo com os interesses de uma elite rural e seu funcionamento estava diretamente vinculado à produção cafeeira paulista. Inicialmente a rota da Cia. Paulista abrangia apenas 45 km, ligando Jundiaí a Campinas, mas em 1875, a malha ferroviária da Cia. Paulista foi ampliada, chegando até a região de Santa Bárbara e no ano de 1876 alcançou também as regiões de Limeira e Rio Claro.

A expansão da malha ferroviária teve uma influência direta no processo de urbanização das vilas e cidades paulistas ao longo do século XIX, sendo a ferrovia, em muitos casos, o ponto de partida para o surgimento de muitas delas. Como destaca Reis Garcia (1992), “essa expansão ferroviária levou a inúmeras transformações na paisagem

urbana, constituindo a chegada dos trilhos um marco na história das cidades. Com a estrada de ferro, veio todo o aparelhamento que ela exigia”. (p.24).

A origem e o processo de urbanização de Itirapina não fugiram a esta regra, alguns anos após a chegada da Companhia Paulista de Estrada de Ferro em Rio Claro foi inaugurada uma estação ferroviária em outro ponto da região, abaixo da Serra onde estava consolidada a freguesia de Itaqueri. A estação que fazia parte da rota da Cia. Paulista foi inaugurada em 1º de junho de 1885, com o nome de Estação Morro Pelado, em alusão a um morro presente na região, cujo cume possui vegetação rasteira. A instalação da estação naquele local atraiu a migração de boa parte da população de Itaqueri, uma vez que a proximidade da estação ferroviária, naquele momento representava maior facilidade de acesso a serviços como transportes, saúde, alimentação, entre outros.

Durante o findar do século XIX e início do século XX, a ferrovia paulista atingia o ápice de seu desenvolvimento. O povoado de Itirapina originou-se, cresceu e se desenvolveu concomitantemente ao desenvolvimento da ferrovia, tornando-se um importante ponto na rota ferroviária paulista. Segundo Guariento (1992), nos anos 30 do século XX

Itirapina, com mais de 8.000 habitantes, era considerada o maior centro baldeário da América do Sul, conjugando o tronco ferroviário São Paulo-Barretos à primeira variante Itirapina-Tupã, com mais de 2.000 trabalhadores somente nos armazéns da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Apesar disso, a sua condição era de simples distrito da Comarca de Rio Claro. (p. 16).

De acordo com a literatura local, ao longo dos anos da sua condição de distrito, a população de Itirapina foi se descontentando com a administração de Rio Claro, visto que esta não atendia as necessidades da população itirapinense, relacionados principalmente ao saneamento básico e a infra-estrutura. Ações, por mais simples que fossem, demoravam um tempo demasiado para serem executadas. As aspirações pela emancipação foram sendo difundidas entre os moradores e autoridades de Itirapina, na crença de que a emancipação político-administrativa traria mais benefícios e agilidade nas obras de infra-estrutura que crescimento demandava.

O movimento pela emancipação de Itirapina teve sucesso em sua causa no dia 25 de Março de 1935. Entretanto, a situação de município não diminuiu a dependência de Itirapina em relação a Rio Claro ao longo dos anos. O acesso a alguns tipos de serviços

tais como hospitais, cartórios, universidades, comércios especializados era possível somente em Rio Claro ou São Carlos. Segundo relatos de antigos moradores, o então município possuía um pequeno e insuficiente comércio, grande parte da população vivia e trabalhava na zona rural, geralmente em pequenas propriedades familiares, na zona urbana a fonte de empregos era basicamente a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Ao longo da segunda metade do século XX, Itirapina foi caracterizando-se como uma cidade de pequeno porte e acabou sofrendo visíveis consequências econômicas com a decadência da ferrovia paulista. Os empregos oferecidos pela FEPASA³ já não representavam garantia e nem salários compensatórios. Em pesquisa realizada nos arquivos de um jornal local, foram encontradas diversas reportagens da década de 1990 que apontavam para a crise no setor ferroviário e também para a incerteza em relação ao futuro do setor, dos empregos e dos diversos prédios e casas que a FEPASA possuía

Nos dias atuais alguns trens ainda circulam pelas linhas ferroviárias de Itirapina, no entanto são apenas transportam cargas, em geral grãos de soja. A estação ferroviária desativada permaneceu por diversos anos abandonada e foi alvo de constantes depredações. Atualmente, alguns projetos da prefeitura municipal caminham no sentido de reforma e uso cultural do espaço. Os trens que circulam diariamente pelas linhas da cidade encontram-se bastante deteriorados. Os trilhos cortam algumas das principais ruas e, além do tempo que os trens demoram a atravessá-las, por diversas vezes acabam parando nas linhas, causando congestionamentos, confusões no trânsito e, como já ocorreram algumas vezes, graves acidentes. Deste modo, os trens hoje se configuram para a população como um constante alvo de reclamações.

O comércio local cresceu nos últimos anos, mas ainda continua restrito. Não se desenvolveram, por exemplo, grandes indústrias, escolas particulares, escolas técnicas, faculdades, teatros, cinemas. Atualmente existem três agências bancárias, enquanto que na década de 1980 havia duas. O primeiro e único hospital da cidade foi construído no ano de 1996 e o terminal rodoviário que facilitou a implantação e ampliação de linhas de ônibus interurbanos foi instalado no ano 2000. Itirapina possui uma indústria e estofados, instalada na cidade desde 2001, que emprega cerca de mil pessoas, sendo a grande maioria mão de obra não qualificada. Continua havendo dependência econômica, em

³ No ano de 1971, a partir de decreto de lei nº 10.410 de 28 de outubro, do então governador Laudo Natel, toda a malha ferroviária do Estado de São Paulo foi unificada formando-se então a Ferrovia Paulista S.A. – FEPASA.

termos de empregos e serviços, principalmente das duas cidades mais próximas da região, Rio Claro (aproximadamente 35 km) e São Carlos (aproximadamente 25 km).

De acordo com a Fundação SEADE, Itirapina teve um crescimento populacional, passando de 6.889 habitantes, em 1980, para 15.517 em 2010, representando um crescimento de 125%, quase o dobro da média do Estado de São Paulo que, no mesmo período, apresentou um crescimento de 65%. A população urbana da cidade atingiu em 2010, 13.994 habitantes, crescendo 178%, enquanto que a população rural, ao contrário, sofreu um decréscimo de 18%. Já os dados do último Censo apontam, para o ano de 2010, uma população de 15.528 habitantes em Itirapina, sendo 14.004 da zona urbana e 1.524 da zona rural.

Indubitavelmente, tais crescimentos decorreram de processos sociais e econômicos mais complexos, no entanto, a presença das penitenciárias no município de Itirapina também contribuiu para isto. De acordo com entrevistas realizadas com moradores e funcionários das penitenciárias, na medida em que as unidades emergiram como uma fonte de empregos, muitas pessoas se mudaram para a cidade para trabalhar nas penitenciárias e também algumas famílias de detentos instalaram-se em Itirapina para ficarem mais próximas de seus parentes.

A primeira penitenciária

Conforme já afirmado, Itirapina possui uma singularidade dentro do processo de políticas de implantação penitenciária, merecendo assim uma análise minuciosa. Tal particularidade se expressa no fato de que o município possui duas unidades prisionais implantadas em diferentes períodos históricos, com intervalo de 20 anos entre elas. Neste sentido, a história destas unidades nos oferece distintos exemplos de desdobramentos da política penitenciária paulista, assim como dos diferentes ordenamentos que operam as práticas dos atores ali presentes.

A primeira penitenciária de Itirapina, “Dr. Antônio de Queiroz Filho” (P1) foi inaugurada no dia 11 de outubro de 1978, ainda no período da ditadura militar (1964-1984), governo que foi caracterizado por medidas e políticas autoritárias, repressivas e, sobretudo violentas. De acordo com uma reportagem da imprensa escrita à época

publicada no “Jornal da Região⁴” em 09 de março de 1980, a população itirapinense encontrava-se descontente com uma série de problemas recorrentes, as reclamações e mobilizações da população junto às autoridades eram relacionadas, de um modo geral, ao saneamento básico e à falta de infraestrutura do município que, segundo a reportagem, se encontrava em “franco crescimento” e necessitava de reformas que acompanhassem tal desenvolvimento. Foi possível encontrar ainda, em outra reportagem do mesmo jornal, publicada no dia 02 de dezembro de 1979, notícias relatando que a administração municipal estava empenhada, com base em reivindicações da população, em buscar recursos para a instalação de uma Casa de Saúde e Maternidade.

Ainda que existissem reclamações e reivindicações por parte da população nas reportagens publicadas na época, foi encontrada durante a pesquisa nos arquivos do jornal entre os anos de 1979 a 1981 constantes reportagens que denotam um sentimento de crença no progresso por parte a população. Algumas reportagens remetiam-se a Itirapina como “a cidade do futuro”, hospitaleira, moderna e de “clima bom pra se viver” e também reforçavam o esforço da emancipação que “custou suor, sangue, lágrimas e sacrifícios ingentes, mas foi conquistada”. (JORNAL DA REGIÃO, 03/02/1980). São constantes os artigos encontrados que remetem a estas idéias:

A cidade de Itirapina, vista em todos os seus ângulos, perfaz-se hoje dentro de um progresso contínuo. A expansão residencial e o aumento da população, estatisticamente verificada a cada ano que passa, cria oportunidades para a implantação de novas atividades em todos os setores. (JORNAL DA REGIÃO, 02/12/1979).

Cidade de linhas modernas, ruas bem traçadas e numeradas, Itirapina agrada a todos os que têm a graça de visitá-la, assim como é esparramada num planalto de suaves elevações, batida de sol e de ares claros e sadios. De povo ordeiro, hospitaleiro e empreendedor, tradicionalmente amante de sua terra (...) (JORNAL DA REGIÃO, 10/02/1980).

Nos exemplares pesquisados entre 1979⁵ e 1981 não havia artigos e nem reportagens que apontavam preocupação, receio, ou qualquer outro sentimento de recusa por parte da população de Itirapina relacionado à instalação da penitenciária 1. Porém,

⁴ Todas as pesquisas que realizei em arquivos da imprensa de Itirapina foram feitas no “Jornal da Região”, pois do final da década de 1970 até metade dos anos 2000, este foi o único jornal de circulação ininterrupta no município, sendo que sua publicação permanece até os dias atuais.

⁵ Ano em que os primeiros exemplares do jornal passaram a ser organizados em arquivos.

eram muitos os indícios que apontavam ideais de “prosperidade” e “progresso” e, as preocupações existentes neste período eram relacionadas às questões que poderiam impedir ou então prejudicar tal progresso.

É possível afirmar que a falta de discussões sobre a instalação da primeira penitenciária somada aos dados obtidos em entrevistas com moradores revelaram a ausência de um elemento muito comum na sociedade contemporânea: a produção e reprodução dos discursos em torno do crime.

Os processos sociais que sucederam o período da abertura política no país, sobretudo marcado pelo caráter ‘disjuntivo’ da democracia brasileira⁶ (Caldeira 2000), como a elevação das taxas de criminalidade e violência, somadas ao aumento da sensação de insegurança por parte da população dos grandes centros urbanos, acabaram culminando na formulação do que Teresa Caleira (2000) nomeou como a ‘fala do crime’. Narrativas cotidianas, comentários, conversas e até mesmo piadas que têm como tema o crime, se combinam ao medo e à experiência de ser vítima de um crime, e assim, estas falas passam a criar e ao mesmo tempo proliferar o medo e a sensação de insegurança. Neste sentido, “a ‘fala do crime’ promove uma reorganização simbólica de um universo que foi perturbado tanto pelo crescimento do crime quanto por uma série de processos que vêm afetando profundamente a sociedade brasileira nas últimas décadas” (p. 9-10).

Com base nestas considerações é possível afirmar que, ainda no ano de 1978, mesmo com a instalação da P1 em Itirapina, não havia no imaginário da sociedade local um ordenamento simbólico permeado pela ‘fala do crime’. Naquele momento, além da população da cidade não ter um conhecimento referente ao funcionamento de uma penitenciária, como apontaram alguns moradores entrevistados, também não havia a circulação de discursos que elaboravam preconceitos e naturalizavam certos grupos como perigosos, criando estereótipos e estigmas. As práticas cotidianas e as interações sociais

⁶ Caldeira desenvolve o conceito de ‘democracia disjuntiva’ para dar conta dos processos contraditórios que marcam a redemocratização brasileira, na qual a questão da expansão dos direitos é ainda mais problemática. Nesta análise, Caldeira mostra que a democratização política no Brasil não trouxe consigo o respeito pelos direitos, mas sim o seu oposto. Neste contexto, o crime expressa os processos negativos dessa mudança, além de expressar os limites e desafios da democratização. “Na verdade, o universo do crime indica o caráter disjuntivo da democracia brasileira de duas maneiras: em primeiro lugar, porque o crescimento da violência em si deteriora os direitos dos cidadãos; e em segundo lugar, porque ele oferece um campo no qual as reações à violência tornam-se não apenas mais violentas e desrespeitadoras dos direitos, mas ajudam a deteriorar o espaço público, a segregar grupos sociais e a desestabilizar o estado de direito”. (CALDEIRA, 2000, p. 56).

dos moradores itirapinenses se davam fora deste universo simbólico pautado pelos discursos em torno do crime.

A recepção da penitenciária foi interpretada a partir do discurso do progresso, como a chegada de uma nova indústria, que traria movimento e desenvolvimento. Não por menos, as reportagens locais do período destacavam atividades e eventos ocorridos na penitenciária, muitos deles abertos à população, como, por exemplo, uma matéria intitulada: “Presídio comemora dia da criança”, no dia 06/09/1979. Outra matéria do mesmo jornal datada de 06/01/1980 destacava ainda uma saída dos detentos no Natal, com a seguinte manchete: “Indulto natalino beneficiou reeducandos do Presídio de Itirapina”, a reportagem chama a atenção para o fato de que os 16 detentos que obtiveram o benefício do indulto retornaram ao presídio no horário marcado, sem se envolverem com nenhuma ocorrência policial. Nota-se que nas reportagens havia também um cuidado em utilizar o termo “reeducando” para se referir aos presos, assim como uma constante divulgação das realizações internas da penitenciária: notícias sobre indultos, festas organizadas pelos detentos, venda de artesanatos fabricados na unidade e libertação de detentos que já haviam cumprido a pena; neste período havia uma maior interação entre presos e sociedade local, ao passo que a penitenciária recebia mais atenção da imprensa com notícias e reportagens, as quais estendiam à penitenciária e aos seus presos a imagem ordeira associada aos moradores da cidade.

A P1 de Itirapina fazia parte de um contexto de política penitenciária diferente da que assistimos atualmente, no qual o modelo de penitenciária estava inserido em ideal ressocializador, que propunha uma “correção” dos presos, uma retirada da “vida criminosa” prezando a volta ao convívio social, sobretudo através da ética do trabalho. O que demonstra um caráter ambíguo da política penitenciária da época que, sob um regime autoritário marcado por atos de repressão muitas vezes violentos, propunha um modelo corretivo e não apenas repressivo.

O governo de Paulo de Egydio Martins, neste sentido, pode ser visto como um marco no início do deslocamento do paradigma da punição dentro das políticas de Estado em São Paulo, até então marcados pelo autoritarismo repressivo. A política penitenciária deste governo marcou o redirecionamento do paradigma da prisão de uma esfera exclusivamente repressiva para a esfera da recuperação, associada ainda à perspectiva da desprisonalização (cf. Teixeira, 2006).

Na ocasião da inauguração da P1 em Itirapina, foram distribuídos alguns livretos contendo um roteiro da cerimônia, informações sobre os representantes políticos da época – tanto estaduais como municipais – dados sobre a área, natureza de regime, serviços e outras informações correspondentes à referida penitenciária. Neste informativo também é possível observar os ideais trazidos para o setor penitenciário pelo governo de Paulo Egydio, pois além destas informações, o livreto destacava ainda a preocupação do governo com medidas para sanar o problema o déficit de 11 mil vagas no setor, e ressaltavam também que, “construir presídios é necessário, mas só construir presídios não será a solução” (Secretaria da Justiça - DIPE, 1978).

Este modelo de prisão pautado na recuperação do preso através do trabalho era o norte da política penitenciária do governo de Paulo Egydio. Não por menos, no final do ano de 1976, pela Lei Estadual nº 1.238 de 22 de dezembro, foi criada a Fundação de Amparo ao Preso Trabalhador – FUNAP, uma instituição que baseava-se “na mesma filosofia seguida em diversas partes do mundo, prevendo o trabalho como fator de recuperação do detento” (Secretaria da Justiça - DIPE, 1978). Assim, a P1 de Itirapina foi inaugurada inserida nesta lógica, na qual o trabalho atua como fator de recuperação do “reeducando”, foi uma das 46 unidades criadas em todo o Estado, denominadas de “Prisão Albergue”, um modelo de prisão que também foi destacado no informativo da penitenciária como uma “experiência vitoriosa” do governo Paulo Egydio. Segundo o informativo, “o preso submetido a este regime penal apenas dorme na prisão, saindo para trabalhar, obrigatoriamente, e passando os fins de semana recolhido” (Secretaria da Justiça-DIPE, 1978).

De acordo com os dados obtidos em entrevistas com os moradores, a partir da década de 1980, os detentos da P1 desenvolviam diversos tipos de trabalhos na unidade, inclusive peças artesanais, as quais expunham e vendiam no jardim público da cidade, a população podia, além de adquirir os trabalhos expostos, encomendar outros objetos produzidos pelos detentos. Fato que vai ao encontro dos preceitos do Secretário de Justiça a época, Manoel Pedro Pimentel, que promoveu uma gestão embasada em uma maior abertura à sociedade cível, facilitando assim, uma maior politização da questão carcerária (Teixeira, 2006).

Ainda segundo as entrevistas com moradores, alguns detentos também eram contratados pela população para realizar serviços de pedreiros, pintores, carpinteiros a

um preço abaixo do mercado, e os presos se tornaram, nesta época, uma alternativa de mão de obra barata e disponível. Em uma reportagem de 19 de julho de 1997, intitulada “Ao trabalho” a foto de um detento realizando o serviço de pintura em uma casa aparece em destaque. Segundo a reportagem, diversos presos do regime semi-aberto exerciam trabalhos manuais em variadas funções na cidade. A reportagem apontou ainda que esta prestação de serviço por parte dos detentos era bem vista pela comunidade local e “quando terminam de cumprir a pena eles já estão integrados na comunidade” (JORNAL DA REGIÃO 19/07/1997). Contudo, essa situação chegou a mobilizar reclamações de alguns profissionais destas atividades que alegavam concorrência desleal.

Esta relação de trabalho entre detentos e moradores de Itirapina perdurou por vários anos. Em 1994, a câmara municipal de Itirapina instituiu a lei nº 1.624 de 16 de setembro que passou a autorizar “o poder executivo municipal a firmar compromisso com o presídio “Dr. Antonio de Queiroz Filho” para a colocação de reeducandos para prestação de serviços de mão-de-obra”, desde então os presos desta unidade prestam serviços ao município, conforme solicitação do poder executivo.

Estes ideais que reforçavam a perspectiva da reinserção social dos detentos se instalavam, ainda que tardiamente, nas políticas penais do Brasil, no final da década de 1970. No entanto, os anos subsequentes às políticas de implementação dos institutos de prisão-albergue no Estado de São Paulo, as políticas pautadas nos ideais da ressocialização, passaram a ser duramente criticadas e a partir de meados da década de 1980 entraram em declínio, sobretudo com o fim do governo Franco Montoro. As transformações econômicas e sociais que se sucederam no país após esse período acabaram acirrando as desigualdades socioeconômicas, a concentração de renda e o desemprego, ao mesmo tempo em que as taxas de criminalidade e violência se elevaram nos grandes centros urbanos. Em meio a estas mudanças estruturais o paradigma da punição também mudou, a velha inspiração correcionalista deu lugar ao encarceramento maciço e as modernas técnicas de controle, assim, “o centro de gravidade política se deslocou, e um novo e rígido consenso se formou em torno de medidas penais que sejam percebidas pelo público como duras, hábeis e adequadas” (GARLAND, 2008, p.58). Neste deslocamento do paradigma da punição a prisão foi reinventada, e “ao longo de poucas décadas, ela deixou de ser uma instituição correcional desacreditada e decadente

para se tornar um maciço e aparentemente indispensável pilar da ordem contemporânea” (p. 60).

A interiorização penitenciária e o encarceramento massivo

O episódio da violenta intervenção policial ocorrida na Casa de Detenção de São Paulo, mais conhecida como complexo do Carandiru, no ano de 1992 resultou, entre outras coisas, na morte de mais de uma centena de presos. Tal ação marcou a história do sistema penitenciário nacional pela sua violência, por tornar públicas as condições de vida desumanas dentro dos presídios e pela visibilidade da fragilidade do processo de redemocratização brasileira. Ainda neste contexto, a resistência ao processo da abertura política encontrava força em alguns segmentos da sociedade, que traziam uma forte herança do período militar e tinham grande respaldo nos aparelhos policiais e penitenciários (cf. Caldeira, 2000). O Massacre do Carandiru (como ficou nacionalmente conhecido) também marcou a história do sistema penitenciário paulista pelas mudanças de diretrizes e políticas para o setor a partir desta data, como a mudança nas instituições administrativas e novos projetos de construção e modelos de penitenciárias. Podemos dizer que o episódio do Carandiru é um “divisor de águas” na história do sistema penitenciário paulista.

Talvez a mais imediata ação governamental em resposta ao episódio do Carandiru tenha sido a criação da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo - SAP. A SAP foi criada pelo Governador Luis Antonio Fleury Filho, em 26 de janeiro de 1993 e a partir de então, passou a administrar as unidades prisionais do Estado, sendo a primeira Secretaria criada para este segmento específico no Brasil. Ainda no ano de sua criação, a SAP iniciou um amplo projeto de expansão de vagas no sistema penitenciário, com a construção de novas unidades prisionais em resposta, entre outras demandas, a questões humanitárias, como problemas de superlotação e pelas más condições de higiene e salubridade dentro das celas, que chegaram ao conhecimento público, principalmente após o Massacre do Carandiru.

A superlotação das carceragens e as condições insalubres das celas culminaram em vários casos de graves violações aos direitos humanos, incluindo mortes por sufocamento e incêndios. O caso mais notório foi o do 42º Departamento de Polícia de

São Paulo⁷, que motivou denúncia internacional do Brasil por violação dos direitos humanos. Havia também uma forte demanda de longa data do setor policial para que houvesse uma transferência dos presos provisoriamente alojados em xadrezes nos distritos policiais para unidades prisionais da SAP, uma vez que era do entendimento comum que as atividades de carceragem eram uma espécie de desvio de função a prejudicar a eficiência de outras tarefas policiais.

Em 1995, Mario Covas assumiu o governo do estado de São Paulo e deu continuidade ao compromisso de ampliação das vagas do sistema penitenciário paulista e de desativação do Complexo do Carandiru, colocando tais questões na sua pauta de ações. Iniciou-se então, a partir deste período, uma expansão física do sistema prisional paulista que envolveu uma interiorização das unidades prisionais do Estado. Assim, no ano de 1996, o então governador Mario Covas (contando também com recursos financeiros do Governo Federal) iniciou um grande projeto de construção simultânea de 22 novas unidades prisionais em São Paulo para suprir o déficit de vagas do Estado e também para receber os presos da Casa de Detenção de São Paulo (cf. Salla, 2007). A grande maioria destas unidades foi construída em municípios do interior do Estado e o governo paulista acelerou a construção de novas unidades sob a justificativa do processo de desativação do complexo do Carandiru.

Como parte dos resultados deste processo, no ano de 1999, segundo os dados de Salla (2007), já eram 64 unidades prisionais sob a administração da SAP, 21 a mais do que 1998, abrigando um total de 47.000 presos. Embora as unidades planejadas sob a justificativa de abrigar a população do complexo do Carandiru tenham sido construídas, a desativação da Casa de Detenção era constantemente adiada, sob argumentos relacionados ao aumento da criminalidade e conseqüentemente à falta de vagas no sistema. A desativação do complexo do Carandiru só ocorreu em dezembro de 2002, em decorrência da primeira megarrebelião das penitenciárias paulistas ocorrida entre 10 e 19 de fevereiro de 2001, na qual 29 unidades se rebelaram conjuntamente, incluindo a Casa de Detenção.

⁷ Neste episódio ocorrido no xadrez do 42º D.P. de São Paulo em 1989, 18 presos morreram por asfixia por terem sido encerrados, juntamente com mais 33 detentos, durante horas, em uma cela sem ventilação, medindo 17 metros quadrados.

Interesses econômicos e políticos também se vincularam ao processo de interiorização das unidades prisionais no âmbito das negociações entre estado e municípios. De acordo com Eda Góes (2004), o contexto econômico do país no período da interiorização penitenciária (meados da década de 1990) era marcado por estagnação e crise em vários setores da economia, materializada, sobretudo, no desemprego. Góes (2004) apresenta os dados do Ministério do Trabalho que mostram que, no período de 1990 até 1996, foram eliminados 2,4 milhões de empregos formais no Brasil. No estado de São Paulo, em contrapartida, a construção destas novas unidades prisionais no interior do Estado representou a geração de 18 mil novas vagas de empregos, resultantes de um investimento de 230 milhões de reais (Góes, 2004).

Tais investimentos assumiram uma dimensão ainda muito mais significativa no âmbito municipal, pois a implantação destas novas unidades penitenciárias acabou proporcionando um retorno financeiro direto. Isto representou uma compensação material importante aos municípios, sobretudo para aqueles cuja economia estava estagnada. Tal processo de interiorização foi permeado pelo discurso da geração de empregos diretos e indiretos, o que foi explorado politicamente como um retorno, ou uma compensação que equilibraria os supostos malefícios da presença das prisões nos municípios, além de servir como argumento para minimizar as possíveis resistências da sociedade local.

Entretanto, além da construção de unidades prisionais em municípios do interior com a justificativa de movimentação da economia destas cidades, a dispersão das vagas e dos presos para as áreas afastadas da capital do estado também permitiu que o aumento expressivo das pessoas encarceradas em São Paulo passasse longe dos olhos de grande parte da população. De acordo com Biondi (2009) “essa pulverização evitou o impacto visual que o crescimento da população carcerária poderia causar, camuflando a política de encarceramento em massa colocada em prática pelo Estado Paulista” (p. 46).

Em um período de 12 anos, o estado de São Paulo teve um aumento vertiginoso da sua população encarcerada, passando de 55.021 pessoas presas em 1994 para 144.430⁸ em 2006⁹, representando um crescimento de 162,4%. Neste mesmo período, no entanto, a

⁸ Considerando-se a população carcerária sob custódia das Secretarias de Segurança Pública e da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

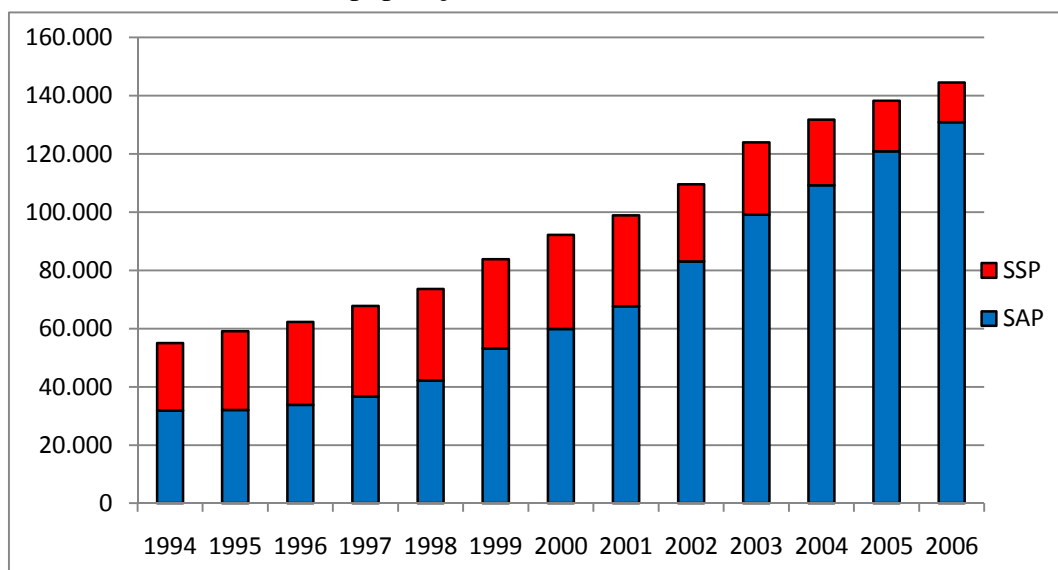
⁹ Dados disponíveis em: < <http://www.sap.sp.gov.br/common/dti/estatisticas/populacao.htm> > Acesso em 25/05/2010.

população paulista apresentou crescimento de 18,6%. Acompanhando o ritmo de crescimento da população carcerária, também cresceu o número de unidades prisionais no Estado, no ano de 1994 eram 43 unidades sob a administração da SAP, já em 2010, este número chegou a 148 unidades (Salla, 2007; SAP). Este incremento da população carcerária pode ser entendido, entre outras medidas, como um reflexo direto de políticas e ações governamentais que, desde meados da década 1980, apostavam em um aparelho judicial e penitenciário mais repressivo, encarcerando cada vez mais um número maior de pessoas. A tabela e os gráficos abaixo ilustram estes crescimentos.

Tabela 1 – Crescimento da população encarcerada no Estado de São Paulo, 1994 a 2006.

Ano	SAP	SSP	Total
1994	31.842	23.179	55.021
1995	31.993	27.033	59.026
1996	33.777	28.501	62.278
1997	36.621	31.127	67.748
1998	42.134	31.481	73.615
1999	53.117	30.626	83.743
2000	59.867	32.319	92.186
2001	67.649	31.173	98.822
2002	83.033	26.502	109.341
2003	99.026	24.906	123.932
2004	109.163	22.601	131.923
2005	120.887	17.361	138.116
2006	130.814	13.616	144.430

Gráfico 1 – Crescimento da população encarcerada estado de São Paulo, 1994 a 2006.



Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária – SAP.

Mesmo com este aumento no número de novas unidades prisionais em São Paulo, o déficit nas vagas do sistema não diminuiu, o que os dados mostram é um constante crescimento no déficit de vagas do sistema. De acordo com Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em dezembro de 2003 o déficit nas vagas do sistema prisional paulista era de 27.511 e em dezembro de 2007 passou a ser de 47.490 um crescimento de 72%.

No ano de 2010, cerca de 10 anos após as inaugurações das primeiras unidades prisionais construídas dentro do projeto de interiorização, São Paulo conta com o montante de 148 Unidades Prisionais sob a administração da SAP, sendo que 116 delas estão concentradas no interior e no litoral do Estado, enquanto 32 estão localizadas na Capital e Região Metropolitana de São Paulo¹⁰. Das unidades do interior, uma grande parcela foi implantada em pequenos municípios, nos quais a população encarcerada representa uma porcentagem significativa da população local. Para uma breve exemplificação, pode-se apontar a coordenadoria da região oeste¹¹, que abrange o maior número de unidades prisionais (35) entre todas as coordenadorias do Estado. Todas estas unidades estão distribuídas em 25 municípios, sendo que 19 deles possuem uma população inferior a 50.000 habitantes e 12 apresentam uma população inferior a 20.000 habitantes, e 5 deles, uma população inferior a 10.000 habitantes segundo os dados do Censo referentes ao ano de 2010. Todavia, pouco se sabe sobre as consequências dos processos de instalação das unidades nestes pequenos municípios.

¹⁰ Dados oficiais da SAP, disponíveis em <www.sap.sp.gov.br>

¹¹ A SAP distribui a gestão das unidades a coordenadorias que as agrupam em divisões de região diferentes da divisão administrativa do Estado de São Paulo. Por exemplo, a região administrativa de Sorocaba possui diferentes municípios com penitenciárias pertencentes tanto à coordenadoria da região noroeste quanto à coordenadoria da região central. Assim, na divisão da SAP, a coordenadoria da região noroeste, com sede na cidade de Pirajuí, administra 33 unidades; a coordenadoria da capital e grande São Paulo, com sede na cidade de São Paulo, tem 28 unidades; a coordenadoria da região central, com sede em Campinas, conta 30 unidades; a coordenadoria da região do Vale do Paraíba e litoral, com sede na cidade de Tremembé, soma 17 unidades; a coordenadoria da região Oeste, com sede na cidade de Presidente Wenceslau, tem 35 unidades; a coordenadoria de saúde do sistema penitenciário, localizada na capital, possui 6 unidades e a coordenadoria de reintegração social e cidadania, com sede na capital, com 47 unidades.

Tabela 2 - Municípios da coordenadoria da região oeste com menos de 50.000 habitantes, segundo número e modelos de Unidades Prisionais.

Município	Habitantes¹²	Número de Unidades	Modelo¹³
Caiuá	5.039	1	Centro de Detenção Provisória
Dracena	43.263	1	Penitenciária
Flórida Paulista	12.849	1	Penitenciária
Irapuru	7.787	1	Penitenciária
Junqueirópolis	18.726	1	Penitenciária
Lavínia	8.782	3	Penitenciária
Lucélia	19.885	1	Penitenciária com anexo de Ala de Progressão
Marabá Paulista	4.812	1	Penitenciária
Martinópolis	24.260	1	Penitenciária
Mirandópolis	27.475	2	Penitenciária
Oswaldo Cruz	30.917	1	Penitenciária
Pacaembu	12.934	1	Penitenciária
Paraguaçu Paulista	42.281	1	Penitenciária
Pracinha	2.863	1	Penitenciária
Presidente Bernardes	13.544	2	Penitenciária e Unidade de Segurança Máxima (RDD)
Presidente Venceslau	37.915	2	Penitenciária
Riolândia	10.574	1	Penitenciária
Tupi Paulista	14.262	1	Penitenciária
Valparaíso	22.617	2	Penitenciária e Centro de Progressão Penitenciária

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária – SAP; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Censo 2010.

Vinte anos após a implantação da primeira penitenciária no município, mais precisamente no dia 12 de dezembro de 1998, foi inaugurada a segunda unidade prisional de Itirapina, a Penitenciária “João Batista de Arruda Sampaio”, conhecida como P2. Esta unidade já estava inserida em uma política penitenciária diferente da que assistimos em 1978, e caminhou no sentido do aumento expressivo de unidades e pessoas encarceradas, sobretudo no interior do estado desde o início da década de 1990, conforme o processo descrito acima.

¹² Segundo os dados do Censo 2010.

¹³ Número e modelos de unidades segundo dados da SAP.

A segunda penitenciária

No ano de 1995, o município de Itirapina contava com uma população de 11.168 habitantes, distribuindo-se em 9.000 habitantes na zona urbana e 2.168 na zona rural. A economia do município ainda era voltada basicamente para o setor agropecuário e de serviços; os empregos gerados pela FEPASA eram cada vez mais raros, uma vez que a empresa estava em um processo de constante crise econômica. A P1 já representava, neste momento, uma significativa fonte de empregos da cidade, e ainda neste contexto, começaram a surgir rumores na cidade sobre a construção e instalação de novas unidades prisionais em diversos municípios do interior do estado de São Paulo.

Novamente com base nas pesquisas realizadas nos arquivos do jornal local, entre 1996 (quando apareceram os primeiros rumores sobre a construção de mais uma unidade prisional em Itirapina) e 1998 (data da inauguração da segunda unidade) foram constantes as matérias relativas à construção da segunda penitenciária do município. As primeiras reportagens retratavam incertezas em relação à construção da P2 oscilando entre notícias que afirmavam e negavam tal construção, retratando assim, as dúvidas que estavam presentes na sociedade local naquele momento. A primeira reportagem que confirmava de fato a construção da penitenciária só foi encontrada em agosto de 1997.

De acordo com uma reportagem datada de 07 de dezembro de 1996, o então governador Mário Covas (PSDB) havia divulgado um projeto de construção de unidades prisionais no interior do estado, o projeto era irreversível e já estavam definidas as três primeiras cidades que receberiam estas unidades: Avaré, Dois Córregos e Casa Branca. A reportagem apontava também a mobilização de moradores dos municípios que possivelmente também seriam designados para a construção de novas unidades prisionais, destacando a mobilização popular em Iperó contra a instalação de uma penitenciária e também outro movimento de recolhimento de assinaturas organizado pela associação comercial, industrial e agropecuária de Capão Bonito contra a instalação de uma penitenciária no município. A mesma reportagem trazia ainda a notícia de que o prefeito que acabara de ser eleito à época em Itirapina (PSDB), estaria sendo consultado pelos assessores do governo do Estado a respeito da construção de uma nova unidade penitenciária no município.

Em reportagem de capa, o Jornal da Região do dia 07 de março de 1997, trazia a seguinte notícia: “Presídio vai dar 400 novos empregos” a matéria relatava que prefeito

do município teria assinado contrato com a Secretaria dos Assuntos Penitenciários no dia 22 de fevereiro daquele ano para a construção da nova penitenciária.

No dia 14 de março de 1997, o Jornal da Região trazia em destaque uma extensa matéria sobre uma reunião organizada pelo secretário geral do município no dia 11 de março daquele ano. Nesta reunião estavam presentes 47 lideranças municipais, incluindo representantes da igreja, dos professores, da Polícia Militar, secretários municipais, vereadores, ecologistas e advogados. Segundo o jornal, foram discutidos diversos pontos nesta reunião acerca da instalação da segunda penitenciária, questões como a falta de segurança que a unidade poderia trazer, o prejuízo de outro presídio ao potencial turístico do município e a relação proporcional entre habitantes e detentos. A geração de empregos que era um argumento até então visto por grande parte da sociedade local como um ponto favorável à instalação da P2, foi também alvo de críticas nesta reunião: segundo algumas autoridades, o fato das vagas serem preenchidas através de concurso público não garantiria, necessariamente, que elas fossem ocupadas por moradores do município. O representante da igreja declarou ao jornal de forma enfática que “não queremos aqui o presídio, ele causará um mal social muito grande na cidade, os empregos que por ventura virão não compensa este tipo de sacrifício, nossa contribuição está dada, temos aqui um grande presídio e basta”. (JORNAL DA REGIÃO, 14/03/1997).

Ao final desta reunião foi realizada uma votação para decidir se o município aceitaria ou não a implantação da segunda unidade, com um resultado de 18 votos a favor e 23 contra, as lideranças municipais decidiram pela não aprovação da instalação da P2 em Itirapina. Ainda segundo a reportagem, o prefeito municipal recém eleito levaria o resultado da votação ao então governador Mario Covas, afirmando em entrevista ao jornal: “se não quisermos ele [governador] manda o presídio para outra cidade” (JORNAL DA REGIÃO, 14/03/1997).

Foi possível observar que, a partir do período desta reportagem, as demais matérias jornalísticas traziam um discurso seguro em relação à instalação da penitenciária por parte das autoridades locais, as falas caminhavam na direção de mostrar certo grau de autonomia do município em relação às decisões do Estado e que o mesmo não teria a obrigação de aceitar a presença da unidade. O ponto que fortalecia tal argumentação das autoridades era o fato de o prefeito do município pertencer ao mesmo partido do

governador Mário Covas, o PSDB, o que teoricamente facilitaria o diálogo entre a esfera estadual e a esfera municipal.

A partir da data da já referida reunião do Conselho Comunitário, as autoridades itirapinenses e também o prefeito municipal assumiram um posicionamento claro contra a instalação da segunda penitenciária do município. Os argumentos mais usados para tal posicionamento foram: o potencial turístico do município que seria prejudicado com a instalação da unidade e também o local escolhido para a construção que seria uma área de proteção ambiental. Curiosamente, as reportagens da imprensa local, neste momento, também assumiram o discurso contrário à instalação da unidade e passaram a apresentar matérias de cunho militante defendendo tal posição.

No dia 04 de abril de 1997, o Jornal da Região apresentou uma matéria intitulada “A cidade não quer mais um presídio”, na qual o então prefeito municipal fez a seguinte declaração:

Vou fazer um cordão humano em volta do local escolhido para que ali, naquela mata de cerrado não seja construído um presídio de segurança máxima em Itirapina. Vou fazer tudo o que é possível porque para nós um só presídio já basta. Nossa cooperação está dada, agora não queremos mais um presídio por aqui. Queremos incrementar o turismo e com o presídio, não dá. (JORNAL DA REGIÃO, 05/04/1997).

Também foi possível constatar que eram muito comuns pequenas reportagens e notas nas edições do jornal fazendo referência a outros municípios que passavam por situação semelhante à de Itirapina, na qual a população não aceitava a implantação de penitenciárias, organizando mobilizações na tentativa de inviabilizá-las. Na mesma edição do dia 05 de maio de 1997, a reportagem aponta o caso do município de Casa Branca onde, de acordo com o jornal, um grupo de moradores estaria organizando um movimento para interromper o trânsito em duas rodovias que dão acesso à cidade. A paralisação do tráfego ocorreria por cerca de 30 minutos em protesto à já confirmada construção da penitenciária no município. Ainda de acordo com a reportagem a assessoria de segurança pública do Estado havia informado que o cronograma das obras previa a construção da unidade em 15 meses e que o processo era irreversível.

No dia 12 de julho de 1997, matéria da primeira página do jornal da região trazia o seguinte título: “Chega de presídio, senhor governador!” e também trazia na capa a foto da Penitenciária 1 de Itirapina, presente no município desde 1978 e que, segundo a reportagem, já contava com 580 presos. O jornal destacava que cerca de 90% da

população do município não queria a instalação de um novo presídio (ainda que sem citar as fontes das referências estatísticas) e iniciava a reportagem apontando que “toda a população já está se mobilizando contra a chegada de mais um presídio” (JORNAL DA REGIÃO, 12/07/1997). A matéria trazia também uma declaração do prefeito municipal que ressaltava o potencial turístico que o município possuía e sua vontade de torná-lo uma estância turística, vontade que seria impossibilitada, segundo ele, com a implantação de mais uma unidade penitenciária. No fim da reportagem encontravam-se mais uma vez referências ao resultado da votação do conselho municipal realizado há meses atrás.

Na mesma edição citada acima, encontrava-se uma nota fazendo referência à “difícil situação” em que se encontrava o prefeito municipal naquele momento. De acordo com a nota o prefeito teria ficado surpreso com a publicação no Diário Oficial do edital de licitação de concorrência para construção da P2 em Itirapina, e o mesmo declarou que já havia encaminhado, em abril de 1997, um ofício ao governo do Estado com diversos argumentos para a recusa de mais uma unidade prisional no município. O prefeito declarou que o argumento central de tal ofício era o investimento que seria feito no setor do turismo, segundo ele “reforçamos nossa luta e nossos investimentos para transformar Itirapina numa estância turística. Esse processo já está bastante adiantado. E sabemos que numa cidade com características penitenciárias não teríamos condições de atrair turistas”. (JORNAL DA REGIÃO, 12/07/1997). A reportagem foi finalizada aparentando uma preocupação em relação à concentração penitenciária e às características da cidade.

O fato de trazer este presídio para a cidade significa concentrar novamente o sistema penitenciário, o que é pior, numa cidade pequena, mudando todas as suas características e não conseguindo alcançar os efeitos desejados pela população e seu governo” (JORNAL DA REGIÃO, 12/07/1997).

Ainda em pesquisa ao arquivo do Jornal da Região, no decorrer do ano de 1997 encontrei mais matérias reiterando a posição contrária de grande parte da população e das autoridades do município de Itirapina. Uma destas reportagens afirma que o então prefeito chegou a distribuir ofícios para cidades vizinhas reafirmando a recusa da instalação da penitenciária. Também em algumas reportagens ficava nítido o descontentamento da administração municipal em relação ao governo do Estado, pois por pertencer ao partido político no governo, o prefeito acreditou na possibilidade do diálogo

e na relevância da opinião pública local na decisão de se construir mais uma unidade no município; o que não ocorreu, já que a P2 foi construída em meio a críticas e descontentamentos, observados pela pesquisa que realizei nos arquivos da imprensa local e na fala de alguns entrevistados.

O contexto de instalação da P2 marcou uma disputa de poder no campo político entre a esfera estatal e a esfera municipal, mostrando assim as implicações locais de uma política implementada a nível estatal. As pressões de entidades humanitárias e civis nacionais e internacionais que se fortaleceram em decorrência do episódio do “Massacre do Carandiru”, levaram o governo paulista a adotar como principal medida o projeto de ampliação física do sistema prisional. Tal decisão, entretanto, ainda que envolvesse diretamente os municípios do interior do Estado, não abriu espaços para negociações e opiniões dos governos destes municípios, reforçando assim o caráter de subordinação e hierarquia das esferas de governo. A partir do caso de Itirapina, é possível observar que o fato do mesmo partido político (PSDB) orientar os governos estadual e municipal àquela época não foi um facilitador do diálogo e da negociação, como imaginava o prefeito, mas pelo contrário, facilitou ao então governador Mário Covas o uso de sua posição hierárquica de poder, fazendo com que suas medidas fossem implementadas sem discussão.

Assim, após um período de dúvidas e informações muitas vezes contraditórias, a manchete do Jornal da região do dia 08 de agosto de 1997 trouxe a confirmação da instalação da segunda penitenciária em Itirapina. O jornal relatou que o então governador Mario Covas, em visita à cidade vizinha de Rio Claro, confirmou a construção do presídio para a imprensa. Quando questionado pelo repórter de Itirapina sobre a construção da P2 o governador respondeu:

Itirapina vai ganhar com a vinda de mais um presídio, vai dar emprego, vai agilizar o comércio local, e demais o que vocês têm contra os presos? Presídio todo mundo quer, mas não na sua cidade. (...) Vai ser construído sim e vocês terão dois presídios. Lá é uma cidade de bom clima, tem uma bela represa, os presos vão se sentir bem e vocês vão ganhar com isso. (JORNAL DA REGIÃO, 08/08/1997)

No final desta reportagem foi destacado que a Secretaria de Administração Penitenciária havia confirmado para dia 15 de agosto o início das obras da P2 em Itirapina, a matéria destacou ainda que a obra teria um orçamento de onze milhões de reais e ficaria pronta até setembro do ano seguinte. A partir desta reportagem, não foram

mais encontradas matérias contrárias à construção e instalação da P2 e nem maiores críticas a este processo. Foram encontradas apenas matérias relatando o andamento das obras, inspeções nelas realizadas por secretários de Estado e a inauguração da unidade.

Finalmente, no dia 12 de dezembro de 1998, foi inaugurada a segunda unidade prisional de Itirapina. O evento ganhou destaque nas páginas do Jornal da Região que estampou uma foto aérea da penitenciária em sua capa. A reportagem destacou que o presídio naquele momento tinha capacidade para 852 presos e era a 12ª unidade inaugurada dentre as 24 novas unidades construídas no projeto de expansão das vagas do sistema penitenciário do Estado de São Paulo. A reportagem referiu-se a tal expansão como:

O maior esforço penitenciário já realizado no mundo, incluindo as vagas das cinco penitenciárias entregues em 1996 e 97, são quase 20 mil vagas acrescidas ao sistema prisional paulista, durante a atual gestão. Esta marca supera os números recordes registrados pela França que, ao investir em uma ampla reforma de seu sistema, construiu 13 mil novas vagas em seis anos. (JORNAL DA REGIÃO, 12/12/1998)

A reportagem sobre a inauguração da penitenciária trouxe ainda diversas fotos das autoridades municipais, das autoridades e prefeitos de outras cidades da região, do prefeito municipal de Itirapina e do então governador do Estado Geraldo Alckmin na solenidade de inauguração, além de fotos dos corredores, quadras esportivas e sistema eletrônico de segurança da penitenciária. Em seu discurso de inauguração, o então governador Alckmin ressaltou a importância da participação da prefeitura no processo de construção e manutenção da unidade e destacou ainda que “estamos hoje dando 373 empregos diretos que vão injetar 500 mil reais na economia da cidade” (JORNAL DA REGIÃO, 12/12/1998).

Ainda na ocasião da inauguração da penitenciária, o prefeito municipal realizou um discurso com um tom distinto daquele usado na fase de negociação da instalação da penitenciária no município. Com um tom de gratidão e reconhecimento, – apontou a reportagem – que o prefeito municipal

começou seu discurso agradecendo o Governador do Estado por esta obra construída em Itirapina, entre outras considerações falou que no começo, quando era pra ser construído mais um presídio, não estava de acordo, foi contra, mas depois, sentou-se a mesa com os homens do partido e viu que os nossos jovens estavam sem emprego e que a cidade

teria a ganhar e o peso da decisão foi a de gerar mais empregos. (JORNAL DA REGIÃO, 12/12/1998)

Desta maneira, apesar de cerca de três anos de tentativas de negociação, mobilizações populares e informações desencontradas, a segunda unidade prisional de Itirapina foi construída e inaugurada, já inserida em uma política penitenciária distinta da que assistimos em 1978. O resgate do contexto histórico de implantação de cada uma das unidades prisionais localizadas em Itirapina mostrou que estes processos ocorreram de forma diferenciada, assim como a aceitação de cada uma das unidades por parte da população local e das autoridades também ocorreu de forma distinta.

Considerações finais

Em meados da década de 1990, o contexto brasileiro era bastante diverso do final da década de 1970, o país já havia vivido uma conturbada transição política passando de um governo de ditadura militar para um governo democrático. Esta transição foi marcada por diversos processos sociais ambíguos e contraditórios que deram à democracia brasileira o caráter ‘disjuntivo’ descrito por Caldeira (2000). Dentre estes processos, as reações às manifestações da violência e o desrespeito aos direitos civis, ajudaram a na deterioração do espaço público, na segregação de grupos sociais e desestabilização do estado de direito. Assim, estes ordenamentos passaram a reger os valores da sociedade de democrática que estava em plena ascensão.

Dentro deste ordenamento é que a P2 de Itirapina foi implantada e sua aceitação por parte da sociedade local ocorreu de maneira muito diversa à P1. O levantamento histórico nos possibilitou observar que os discursos relacionados à P2 eram permeados por ligações com o medo do crime, com a violência e a segregação social. Também já não há indícios de uma relação direta entre penitenciária e sociedade local, como foi possível observar no contexto da P1, neste momento os presos já não são mais vistos como integrados à cidade, mas sim como elementos que devem ser isolados do convívio e do cotidiano local. Em relação a P2, perdeu-se a crença na prisão como um instrumento ressocializador, assim como se perdeu a preocupação de ver nos presos os “reeducandos”.

A partir das transformações ocorridas em Itirapina, sobretudo com as diferenças explicitadas no processo de instalação de cada uma das unidades prisionais, é possível

perceber as relações com o atual contexto global, onde as mudanças nos ideais políticos e administrativos do campo do controle do crime aparecem com outras configurações. No escopo destas mudanças, alguns elementos passaram a orientar políticas ao mesmo tempo em que reproduzem sua necessidade. De acordo com Garland (2008, p. 54)

O reconfigurado campo do controle do crime é o resultado de escolhas políticas e decisões administrativas, ambas assentadas sobre uma nova estrutura de relações sociais e informadas por um novo padrão de sensibilidades culturais. O medo do crime passou a ser visto como um problema em si só, bem distinto do crime e sua vitimização, e políticas têm sido desenvolvidas mais com o objetivo de reduzir o medo do que o crime.

No contexto atual, a descrença na prisão enquanto um instrumento ressocializador se espalhou nos países ocidentais. No entanto, a instituição permanece, reinventando-se sob o paradigma do controle e do gerenciamento dos riscos.

Hoje em dia, os programas de reabilitação não mais reivindicam o status de expressão máxima da ideologia do sistema, nem mesmo a posição de objetivo primordial de qualquer medida penal. As sentenças condenatórias não são mais inspiradas por conceitos correccionais, tais como indeterminação e soltura antecipada. As possibilidades de reabilitação das medidas da justiça criminal são rotineiramente subordinadas a outros objetivos penais, especialmente a retribuição, a neutralização e o gerenciamento dos riscos. (GARLAND, 2008, p. 51).

Estas mudanças descritas por Garland em um contexto global são possíveis de serem observadas no contexto particular de Itirapina. Neste regate comparativo entre os processos sociais e políticos que envolveram a instalação das duas penitenciárias é possível perceber os embates e conflitos políticos entre diferentes níveis de governo, assim como os reflexos diretos da mudança no paradigma da prisão, expressados pelas percepções e sensibilidades dos moradores da sociedade local. A ‘fala do crime’ descrita por Caldeira (2000) e a nova dimensão dada ao ‘medo do crime’ colocado por Garland (2008), passam a moldar as percepções dos moradores de Itirapina diante da prisão que ali chega em 1998 dentro deste novo paradigma. No entanto, mais do que a oportunidade de observar empiricamente estas mudanças, o estudo do caso de Itirapina nos permite observar a coexistência de dois diferentes ordenamentos da punição que são constantemente reproduzidos nas falas dos moradores e funcionários das penitenciárias.

Este artigo buscou, ainda que de forma breve, resgatar alguns pontos das transformações ocorridas nas diretrizes das políticas penitenciárias do Estado de São Paulo, partindo do estudo de caso de Itirapina e de suas penitenciárias com diferentes temporalidades. Neste sentido, foi possível observar, sobretudo com o amparo da discussão bibliográfica, que as transformações ocorridas no paradigma punitivo em um contexto global refletem localmente nas práticas brasileiras, principalmente no estado de São Paulo. O contexto da redemocratização brasileira é marcado pelas frustrações na garantia dos direitos civis, assim como as transformações qualitativas ocorridas nas manifestações da violência neste período, somado a isso, as marcas deixadas pelo governo militar nos aparelhos da segurança pública brasileira, deram à nossa democracia o seu caráter ‘disjuntivo’ (Caldeira, 2000).

No âmbito destas transformações a prisão se reinventou, deixando para trás os preceitos de uma instituição ressocializadora, passando a operar como um pilar da “ordem” contemporânea, (Garland, 2008) gerindo e controlando a população indesejável através de políticas massificadoras (Foucault, 2005). Neste sentido, o estudo caso de Itirapina nos permitiu observar empiricamente os sinais desta transformação, assim como a coexistência de diferentes ordenamentos políticos operando no mesmo local.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio; LAMIN, Cristiane. Medo, violência e insegurança. In: Lima, Renato S.; Paula, Liana de. (orgs). **Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto, 2006.

ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 18, nº. 1, São Paulo, Jan/Mar 2004.

BIONDI, Karina. Junto e Misturado: imanência e transcendência no PCC. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - SISTEMA DE INFORMAÇÃO PENITENCIÁRIA – InfoPen - Estatística. Ministério da Justiça.

DIAS, Camila; SILVESTRE, Giane. Situação Carcerária no Estado de São Paulo. In: SOUZA, L. A. F. (ORG) **Políticas de Segurança Pública no Estado de São Paulo:**

situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

FELTRAN, Gabriel de Santis. O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. In: Dilemas, Rio de Janeiro, nº 1, 2008 c, pp. 93-126.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____ **Vigiar e Punir: Histórico da violência nas prisões**. São Paulo: Vozes, 1987.

_____ **Segurança Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Liliana Bueno dos Reis, Rio Claro e as oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro: Trabalho e vida operária – 1930 – 1940. Tese (Doutorado em História Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp: Campinas, 1992.

GARLAND, David. As contradições da ‘sociedade punitiva’: o caso britânico. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº. 13, nov. 1999.

_____ **A Cultura do Controle – Crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

_____ **Punishment and Modern Society: a study in social theory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

GOÉS, Eda Maria. Transição Política e Cotidiano Penitenciário. In: **História**, São Paulo, 23, 2004.

GUARIENTO, Antônio. **Itirapina relato de sua história** (de 1883 a 1936). São Paulo: Ed. Ave Maria. 1992.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

_____ De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. In: **Revista de Brasileira de Segurança Pública**, Ed. 1 Ano 1, 2007.

SECRETARIA DA JUSTIÇA – DEPARTAMENTO DE INSTITUTOS PENAIIS DO ESTADO – DIPE. Informativo, 1978.

SILVESTRE, Giane. Prisões, Sociedade e Punição: As Penitenciárias e suas Relações com o Município de Itirapina. 2007, 93f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Sociologia) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília/SP.

TEIXEIRA, Alessandra. Do Sujeito de Direito ao Estado de Exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro. Dissertação. Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

VERLENGIA, Walter. **Itirapina de ontem, Itirapina de hoje**. Campinas: Ed. Palavra muda, 1987.